

**OFÍCIO nº 39/2026-CONIF**

Brasília, 6 de março de 2026.

A Vossa Senhoria o Senhor

**MANUEL PALÁCIOS**

Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

**Assunto:** Manifestação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica sobre a visibilidade do Ensino Médio Integrado nas estatísticas educacionais brasileiras.

Senhor Presidente,

O presente documento foi construído a partir das reflexões e preocupações compartilhadas pelas reitoras e pelos reitores das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, reunidos no âmbito do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal (Conif), diante da divulgação dos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2025.

A partir da coletiva de imprensa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), destinada à divulgação dos resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2025, o Conif vem por meio deste manifestar suas considerações e solicitar esclarecimentos acerca da forma como foram apresentados os dados relativos à Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

Reconhecemos a importância do Censo Escolar como a principal pesquisa estatística da Educação Básica brasileira e como instrumento fundamental para o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais.

Entretanto, na apresentação realizada, chamou atenção o fato de que **a oferta do Ensino Médio Técnico Integrado não aparece explicitamente destacada**, apesar de se tratar de modalidade estruturante da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Na divulgação dos resultados relativos ao ensino médio, os dados foram apresentados predominantemente de forma agregada ou organizados segundo a lógica da formação geral básica e dos itinerários formativos.

Assim, observa-se que o Ensino Médio Integrado (EMI) não aparece explicitamente na apresentação realizada pelo Inep. Em seu lugar, os dados passam a ser organizados a partir de uma nova classificação denominada Itinerário de Formação Técnica e Profissional (IFTP),



categoria que reúne diferentes formas de articulação entre ensino médio e Educação Profissional, incluindo o próprio Ensino Médio Integrado como uma de suas possibilidades.

Essa forma de classificação gera dúvidas quanto à adequada identificação dessa modalidade, especialmente considerando que, em outros momentos da apresentação, o Ensino Médio Integrado é referido como um conceito "antigo", o que pode sugerir sua superação ou substituição no âmbito das estatísticas educacionais.

Nesse contexto, não ficou evidente como os dados referentes ao Ensino Médio Integrado estão sendo apresentados e analisados, o que suscita preocupação quanto à visibilidade estatística dessa importante forma de oferta educacional. Essa situação pode produzir aquilo que compreendemos como um apagamento estatístico do Ensino Médio Integrado, na medida em que uma modalidade reconhecida na legislação educacional brasileira e, central para a organização da Educação Profissional no país, deixa de aparecer de forma clara na divulgação pública das estatísticas educacionais.

Cabe lembrar que a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece em seu artigo 36-C que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio pode ser desenvolvida nas formas integrada, concomitante ou subsequente. Dentre essas possibilidades, a forma integrada representa uma concepção educacional que articula, em um mesmo projeto formativo, a formação geral da Educação Básica e a formação técnica profissional.

Da mesma forma, a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, estabelece entre suas finalidades a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio **prioritariamente na forma integrada ao ensino médio**, reafirmando o caráter estratégico dessa modalidade para a política educacional brasileira.

Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II, constituindo um sistema educacional público presente todas as mesorregiões do país, com cerca de 700 *campi*.

Com forte capilaridade territorial, a Rede Federal atende centenas de milhares de estudantes em cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, além de desenvolver milhares de projetos de pesquisa, extensão e inovação voltados às demandas sociais e produtivas dos territórios nos que está inserida.

Além disso, é importante destacar que, embora o Ensino Médio Integrado esteja presente em diferentes redes e sistemas de ensino no país, é na Rede Federal de Educação



Profissional, Científica e Tecnológica que essa modalidade encontra sua expressão mais estruturada e consolidada.

Desde a expansão da Rede Federal iniciada em 2008, os Institutos Federais, Cefets e Colégio Pedro II têm desempenhado papel decisivo na democratização do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, especialmente em territórios historicamente marcados por desigualdades educacionais e sociais. Ao longo dos últimos anos, essas instituições têm sido reconhecidas nacionalmente e internacionalmente pela qualidade de sua oferta educacional e pelo papel que desempenham na articulação entre a Educação Básica e a Educação Profissional. Nesse contexto, o EMI constitui-se como eixo central e estruturante do projeto pedagógico das instituições que compõem a Rede Federal.

Ao longo de sua trajetória, a Rede Federal construiu uma proposta pedagógica que articula trabalho, ciência, tecnologia e cultura, compreendendo a educação como um processo formativo amplo, que possibilita aos estudantes desenvolver plenamente suas capacidades intelectuais, científicas, técnicas e sociais, preparando-os tanto para a continuidade dos estudos quanto para a participação ativa na vida social e no mundo do trabalho.

Os resultados educacionais alcançados pelas instituições da Rede Federal reforçam a relevância dessa concepção formativa. De forma recorrente, análises educacionais demonstram que estudantes das instituições federais apresentam desempenho superior à média nacional em avaliações educacionais, incluindo o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além de resultados consistentes em indicadores como o IDEB. Esses dados evidenciam a qualidade de um modelo educacional que integra formação geral, científica e tecnológica em um único projeto pedagógico.

Além disso, estudos institucionais e plataformas de acompanhamento de egressos evidenciam que milhares de estudantes formados pelas instituições da Rede Federal seguem trajetórias acadêmicas e profissionais relevantes, contribuindo diretamente para o desenvolvimento científico, tecnológico, social e produtivo das regiões onde estudaram, reforçando o papel estratégico da educação profissional pública para o desenvolvimento local e regional do país.

Ante o exposto, a ausência de visibilidade estatística para o Ensino Médio Integrado nas apresentações públicas do Censo Escolar pode produzir uma leitura incompleta da realidade educacional brasileira, especialmente no que se refere às experiências educacionais que têm demonstrado maior êxito na formação de jovens para a continuidade



dos estudos, para a inserção qualificada no mundo do trabalho e para a participação ativa na vida social.

Assim, o Ensino Médio Integrado não se configura apenas como uma forma administrativa de organização curricular, mas como um projeto educacional comprometido com a formação humana integral, que amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento científico, tecnológico e cultural e contribui para o desenvolvimento do país.

Nesse contexto, a adequada representação estatística das diferentes formas de oferta do ensino médio torna-se condição fundamental para a formulação, o monitoramento e o aprimoramento das políticas públicas educacionais. A forma como os dados educacionais são organizados e divulgados influencia diretamente a compreensão da realidade educacional brasileira e a definição de prioridades no âmbito das políticas públicas.

Diante disso, o Conif solicita respeitosamente ao Inep esclarecimentos quanto aos seguintes aspectos:

1. se o Censo Escolar continua captando e organizando de forma específica os dados relativos ao Ensino Médio Técnico Integrado;
2. de que maneira essas informações estão sendo tratadas nas bases estatísticas e nas análises produzidas pelo Inep;
3. por quais razões essa modalidade não aparece explicitamente destacada na apresentação pública dos resultados do Censo Escolar, considerando sua relevância para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira.

Para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a visibilidade estatística do Ensino Médio Integrado é fundamental para o reconhecimento e o fortalecimento de uma política pública educacional que tem contribuído significativamente para a formação da juventude brasileira, para a democratização do acesso ao conhecimento científico e tecnológico e para o desenvolvimento social e econômico do país.

Como lembra Paulo Freire, “a educação não transforma o mundo. A educação transforma as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

Dar visibilidade ao ensino médio integrado significa reconhecer uma política pública que tem transformado trajetórias educacionais, ampliando oportunidades para a juventude brasileira e contribuído diretamente para o desenvolvimento do Brasil. Para além, a ausência de visibilidade estatística no Censo Escolar traz a não incorporação do Ensino Médio Integrado, com suas características próprias, na concepção e na forma de oferta por parte do Inep, o que contribui para sua invisibilidade não somente por parte dos estudos e análises da



Educação Profissional, como também compromete políticas públicas futuras voltadas à garantia de uma oferta de educação para jovens e adultos trabalhadores, pautada nos princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), quais sejam: o pleno desenvolvimento do educando, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o mundo do trabalho.

Em suma, invisibilizar essa modalidade nas estatísticas educacionais significa enfraquecer a compreensão sobre uma das experiências mais exitosas da educação pública brasileira.

Por fim, o Conif reafirma sua disposição para o diálogo institucional e coloca-se à disposição do Inep e do Ministério da Educação para aprofundar o debate técnico sobre a produção e a divulgação das estatísticas educacionais, contribuindo para que os dados do Censo Escolar expressem de forma plena a diversidade e a complexidade da educação brasileira.

Respeitosamente,



**REITOR JÚLIO HECK**  
Presidente do Conif

